

Entrevista: “Contra Madre Maurina foi cometida uma violência atroz”

 Entrevistador: João Lenon Siqueira Pereira*
Entrevistada: Profa. Dra. Caroline Jaques Cubas**

“Ecos de Maurina” é um filme documentário¹ que narra a história de Madre Maurina Borges da Silveira, religiosa brasileira presa, torturada e exilada do país pela ditadura militar. O caso de Maurina nos permite pensar os desmandos e a violência deste período autoritário no Brasil.

Em 1969, Madre Maurina foi acusada de compactuar com atos de subversão na cidade de Ribeirão Preto quando, em uma das salas orfanato que dirigia, foram encontrados materiais pertencentes a um grupo de esquerda armada, a FALN². A partir daí, são conflitantes as versões sobre a relação de Madre Maurina com este evento. O documentário “Ecos de Maurina” buscou retratar justamente esses discursos dissonantes que ressoam no tempo presente e que, mesmo em disputas, nos contam a violência extrema de um passado recente.

Em 2020, o trabalho de produção deste filme documentário me permitiu realizar essa entrevista com a professora Dra. Caroline Jaques Cubas que, em 2018, publicou o livro “Do hábito à resistência: freiras em tempos de ditadura militar no Brasil”. Ganhadora do Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas em 2015, a obra discute a atuação de religiosas católicas durante a ditadura militar no Brasil. Durante entrevista concedida em sua casa, respondeu perguntas sobre o episódio e revelou percepções possíveis a respeito da atuação da religiosa, da violência perpetrada pelo regime e das memórias construídas a respeito de Maurina Borges da Silveira.

* Mestre em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail: lenonpereira2503@hotmail.com

** Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

¹ Filme documentário produzido no Estado de Santa Catarina através do incentivo do Prêmio de Cinema Catarinense. O trabalho está em fase final de produção.

² A sigla diz respeito ao grupo armado intitulado “Forças Armadas de Libertação Nacional”, organizado em Ribeirão Preto, São Paulo.



João Lenon: Como você tomou conhecimento da história de Madre Maurina Borges da Silveira?

Caroline Cubas: Foi durante a pesquisa de doutorado, enquanto investigava a atuação das freiras no período ditatorial brasileiro. Na medida em que eu pesquisava e lia sobre a ditadura, encontrava referência aos padres, aos bispos, às ações deles e às contraposições à ditadura, mas eu não encontrava referência às mulheres. No entanto, eu sabia que havia muitas mulheres religiosas no Brasil. Há um documento publicado mostrando que no início dos anos de 1970 para em torno de 7000 padres no país, havia 40 mil freiras. Como era possível - se haviam muito mais freiras do que padres, se estávamos vivendo os anos de 1960 e 1970, quando existia toda uma mobilização em torno da teologia da libertação, se tínhamos as ações das comunidades eclesiais de base nas quais estas mulheres atuavam - elas estarem absolutamente alheias a tudo que acontecia no país? Tudo isso me pareceu muito estranho e me levou a investigar a participação e as ações de freiras em movimentos de resistência e oposição à ditadura no Brasil.

Durante o trabalho de investigação, a primeira referência que eu encontro ao nome da Maurina foi no livro *Brasil Nunca Mais*, mas uma referência breve e pontual. Depois, me deparei com o livro da jornalista Matilde Leone sobre uma freira na ditadura e isso me chamou a atenção. Na sequência, eu encontro na Biblioteca Internacional de História Contemporânea - BDIC -, em Nanterre, na França, a carta que a mãe escreveu ao ministro da justiça quando estava presa em Tremembé, São Paulo. Então, vinculando a referência do *Brasil Nunca Mais*, a documentação que encontrei na França, o texto da Matilde Leone e as notícias de jornais que encontrei depois, essa história ganhou um lugar muito relevante na tese.

João Lenon: Algumas pessoas afirmam que Madre Maurina não tinha a dimensão política do que acontecia no Brasil naquele momento. Você concorda com essa afirmação?

Caroline Cubas: O caso da Madre Maurina é delicado. Sabemos que existem diferentes versões sobre ela e sobre esse acontecimento. Mas devemos pensar que ela era uma religiosa que, em 1969, já havia proferido seus votos

há quase 20 anos. Por que que isso é importante? A vida das religiosas é uma vida itinerante. Quando uma religiosa faz seus votos em uma congregação, dificilmente vive toda a vida em um mesmo espaço, a não ser que seja uma religiosa de vida contemplativa. Existe trânsito. E nesse trânsito, as pessoas entram em contato umas com as outras, conversam, convivem. Ao longo desses 20 anos, Madre Maurina habitou diferentes espaços, desenvolveu trabalhos e acabou sendo escolhida pela sua congregação para assumir a direção de um orfanato. A direção de um orfanato é um cargo relevante. Precisa de alguém ativo, com autonomia, que tenha condições e as congregações levam isso em consideração. Então, quando a Madre Maurina assume a direção de um orfanato é porque a congregação considerou que ela tinha condições de assumir este cargo. Ela assume a direção desse orfanato em 1968 e a sua prisão acontece em 1969. É justamente o momento em que o cerco se fecha em torno dos estudantes e que começam a acontecer uma série de manifestações, de passeatas, a ocupação de ruas, praças e avenidas. Em 1968 e 1969 a gente tem a participação das religiosas nessas manifestações e a prisão dos dominicanos, meses antes da prisão dela. Eu creio ser muita ingenuidade pensar que ela não tinha nenhuma dimensão do que acontecia no Brasil naquele momento com seus irmãos de fé. Talvez ela não soubesse das torturas? Talvez. Mas é muito difícil acreditar na total inconsciência da Madre Maurina em relação ao mundo em que vivia. Na condição de diretora de um orfanato, precisava interagir não só com a sua congregação, mas com pessoas de fora dessa congregação. Nessa condição, não creio que ela era apática ao mundo que a cercava

João Lenon: A acusação feita pelos militares contra Madre Maurina foi pelo fato de ela ter queimado materiais comprometedores que estavam no Lar Santana antes da polícia chegar ao local. Podemos ler isso como um ato de resistência ao regime?

Caroline Cubas: A queima dos materiais é muito significativa. Em primeiro lugar, se ela queima os materiais, ela tinha algum motivo para fazê-lo. Isso denota alguma consciência do que esses materiais significavam. Isso não significa que ela fazia parte do grupo, mas ao mesmo tempo, demonstra que - ao menos - desconfiava daquilo que acontecia dentro do Lar Santana.

Quando ela toma essa atitude e decide queimar os materiais, posso ler isso como uma ação consciente. Como uma tomada de atitude diante de um imperativo de momento, de uma situação delicada e complicada. Mas ela tinha outras opções. Ela poderia pegar todo o material e entregar para a polícia. Poderia fazer acusações, mas não o fez. Ela fez uma escolha. E essa escolha precisa ser lida dentro de um determinado contexto e dentro das possibilidades de escolha que ela tinha naquele momento.

Se a gente considera resistência como um ato de transgressão em relação a uma ordem, um ato ilegalista, digamos assim, eu creio que a gente tem condições, sim, de ler a ação da Madre Maurina como uma ação resistente. Aquela ato em si, aquela decisão foi uma decisão de resistência ao que se colocava. Ela resiste a um movimento. Ela atua, ela não é passiva em relação ao que ocorre, ela é ativa. A delicadeza do problema, penso eu, é que a gente tem uma tradição de pensar a resistência contra a ditadura militar apenas pela chave da luta armada e desconsidera, muitas vezes, a participação e a importância de pessoas que, ainda que não vinculadas a algum grupo organizado de resistência, resistiam ou possibilitavam a existência de resistência.

João Lenon: Há versões, de pessoas que estiveram com a Madre, afirmando que ela teria sofrido violência sexual na prisão. Ao mesmo tempo, existem outras afirmando que isso não aconteceu. É importante a gente saber o que ocorreu?

Caroline Cubas: A violência sexual era uma das práticas adotadas em regimes ditatoriais, não apenas no Brasil. Seria importante pensar que quando falamos de violência sexual, não precisamos pensar apenas no ato da penetração. A violência sexual pode se configurar de diferentes formas; a violência, em si, pode se configurar de diferentes formas. No caso particular do Brasil, existem inúmeros relatos de mulheres que foram, sim, violentadas, e que essa violência sexual chegou ao ato de penetração, efetivamente. Não só mulheres, homens também. Mas é interessante pensar como essa violência acaba tendo uma ênfase muito maior quando se trata de mulheres.

Quando a gente pensa em termos de memória, talvez seja relevante também reconhecer os limites. Até que ponto chegou a tortura? Ao ponto de perpetrar violência sexual em uma freira. Isso é importante. Por outro lado, existe uma linha absolutamente tênue que é o direito daquela que foi violada, daquela que foi violentada em, se for a sua vontade, não falar. Ela tem direito ao silêncio. E a gente não pode desconsiderar isso. Não falar sobre, no sentido de não ter a sua vida exposta, de não ser transformada na mulher que sofreu violência, de não ser reduzida à violência sofrida. Ao mesmo tempo, mais relevante que os detalhes dessa violência - que para a pessoa que fala pode significar reviver a violência - seria pensar como lidamos com esses testemunhos. Até que ponto o testemunho precisa ir para ele ser considerado relevante, para ele ser considerado verdade? Quem são as pessoas que estão aptas a determinar a relevância daquilo que foi sofrido pelo outro? No caso da violência sexual, há uma dimensão ética que a gente nunca pode esquecer. Isso faz, também, com que o caso da Maurina seja complicado, porque a gente sabe que existem falas dissonantes. No final das contas, a gente não tem como saber efetivamente, com detalhes, o que ocorreu. Creio que, a respeito de Maurina e em respeito a Maurina, devemos considerar que aquilo que ela viveu foi, sim, uma violência atroz. As palavras grosseiras, a desconsideração em relação à sua fé, são também atos violentos. Para além de esmiuçar os detalhes da violência sexual, acho que é importante deixar à Maurina o direito de silenciar a respeito daquilo que ela queria silenciar. E silenciar não é omitir a violência do regime. É essa linha tênue que acho que é importante, que devemos preservar.

João Lenon: Em carta enviada ao ministro da justiça, em 1969, Madre Maurina relata as sessões de tortura pelas quais passou. É possível afirmar que a violência sofrida pela Madre tenha sido responsável pela tomada de posição da Igreja Católica contrária à ditadura militar?

Caroline Cubas: O caso da Madre Maurina se torna bastante relevante naquele momento por aquilo que ele poderia vir a significar. A partir do momento que aparece nos jornais, antes mesmo de o processo definir se ela era culpada ou não, ela já estava sendo apresentada ao público como

terrorista. Para falar do desbaratamento da FALN, as manchetes colocavam com veemência a participação de uma freira, independente de saber se, de fato, ela participava ou não. Este episódio, juntamente com a prisão dos dominicanos e de uma série de religiosos, é colocado como um dos eventos que leva a igreja a mudar de postura oficialmente.

João Lenon: Ainda é importante falar sobre o caso e, particularmente, sobre a violência sofrida?

Caroline Cubas: Falar sobre a Madre Maurina é essencial para que a gente não perca a dimensão do nosso passado. Essencial para que a gente consiga perceber o teor da repressão e da violência. Acredito que a nossa responsabilidade social como historiadores é não permitir que o esquecimento se torne política pública. É lutar para que essas histórias sejam contadas. É identificar como essas histórias de brutalidade tiveram um início em um tempo outro e, ao perceber em nosso tempo esses mesmos germes de violência e autoritarismo, cerceá-los. Essa seria a dimensão pedagógica do passado.